



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

Discurso de posse do Des. Leopoldo Brüggemann

Qualquer erro que eu cometa, Des. Blasi, credite ao meu nervosismo, porque nem em sonho, aquele moleque travesso, criado na rua Eurico Gaspar Dutra, imaginou chegar a tanto, e que também frequentava o Estádio Orlando Scarpelli.

Para não me emocionar ao final deste escrito, quero agradecer minha esposa Siomara e às filhas Gabrielle e Gizelle pela paciência que tiveram comigo ao longo de minha carreira – 31 anos que se completarão em abril -, e pedir-lhes perdão pelos momentos que não estivemos juntos. Mas se assim o fiz não foi por desapego, mas pela profissão abraçada, sempre pela causa da justiça e pelo juramento que fiz. Meu sonho era ser arquiteto. Talvez, estivesse eu neste ramo, tivéssemos maior tranquilidade, e com maior tempo de convívio. Mas algo na minha vida, com absoluta certeza, pelo meu espírito de luta, não estaria completo. Sempre comigo estiveram, na alegria, na dor e nas atribuições da carreira e da vida. Meu muito obrigado e minha eterna gratidão a todas. Estendo as homenagens, da mesma forma, à minha filha do coração Karen e às netas, também do coração, Anna Clara, Giovanna e Lara. Também agradeço aos meus demais familiares, ao sempre amigo Egon Schadrack, meu genro, e ao meu sobrinho Davi Augusto Brüggemann, um parceiro e amigo de todas as horas.

Também não posso deixar de anotar a nossa alegria com a chegada a esse mundo da nossa querida menina Julli, que mudou, por completo, com absoluta certeza, todas as perguntas e respostas de nossas vidas.

Ainda não posso esquecer e deixar de agradecer àqueles que me deram a vida: Leopoldo Luiz Gonzaga Brüggemann e Ivone Clara Brüggemann, que já partiram de nossas vidas.

Também devo agradecer a todos os servidores, em especial os meus assessores do TJ, o que faço nos nomes das pessoas de Ingrid H. Petermann e Raquel Almeida Bittencourt, como ainda desta corte, o que faço nos nomes de Renata Beatriz de Fávère, Daniel Sell, Marcos Cleo Garcia, Maximiliano Sobral, Patrícia Hahnert Sardá e Gonsalo André Agostini Ribeiro. Minha eterna gratidão a todos.

Como disse quando de minha posse como vice-presidente desta Corte, aos colegas só posso ofertar o pouco dos meus conhecimentos – vim também para aprender -, o meu trabalho e o meu passado na magistratura catarinense. Nada mais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

Admirador de todas as liberdades – pois criado num tempo em que não se podia sequer aprender ou expressar a língua de meus avós -, li, por curiosidade, ainda no colégio, sob o regime militar, sobre o liberalismo. Filosofia política e moral que teve seu berço na Inglaterra e na França. Sua ideia é muito simples: todos os seres são iguais, inclusive em liberdade, e todos, sem exceção, têm o mesmo valor perante a sociedade. E tal é assim enfatizado por Tocqueville: só há Democracia onde a liberdade política convive com a igualdade social.

Mas não há como se falar em democracia sem um sistema eleitoral responsável, forte, garantidor de jurisdição plena que dê legitimidade a todo o processo eleitoral e dispor ao cidadão o livre exercício do direito de votar e de ser votado.

É de tal filosofia que advém todas as nossas liberdades – inclusive a de falar, hoje, a língua que eu bem entender – e que dá o limite ao Estado, ou seja, a sua fronteira de não avançar um só centímetro sobre os nossos direitos e, daí, via lei maior, grafa o povo, e não o detentor do poder, os direitos individuais, a igualdade de gênero, a igualdade racial, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, e a democracia, dentre outros direitos inalienáveis.

A liberdade de expressão! Soubessem os incautos o preço que por ela foi pago, não se atreveriam, jamais, a grafar uma só linha que não fosse para expressar a verdade. Dera todos soubessem aferir o seu valor. Meu tempo, como de muitos que aqui se fazem presentes ou que nos assistem, foi regido sob um regime de ferro – a ditadura cessou no ano de minha formatura. Somente conhecíamos ou sabíamos o que os detentores do poder queriam que fosse conhecido. Tudo era censurado, desde um simples artigo de jornal até músicas e filmes. Os que nos salvaram do desconhecimento e da escuridão, além de também tolhidos pela censura, tiveram suas vidas colocadas em risco. Hoje, de forma infantil e infame, muitos abusam de tão sagrado direito, vilipendiando e distorcendo informações e dados, querendo, agora sem qualquer diálogo, que suas posições e opiniões sejam dominantes, inclusive com capacidade e poder de mudar o resultado de uma eleição. Prestam um verdadeiro desserviço ao Brasil aqueles que assim agem, quando replicam, a cada certame eleitoral, desinformações, autênticas fake news, sobre a segurança e eficácia da urna eletrônica e de outras matérias de vital importância, colocando-as em xeque, no o afã único de instalar a dúvida e justificar a derrota. Não prego o cerceamento de expressão. Longe disso. Prego o respeito com a verdade, e àquele que avançar a linha da lei, ferindo a democracia e a honra, deverá ser responsabilizado na forma da legislação vigente. Nunca, contudo, vingando a censura prévia. Isso jamais. A proteção da liberdade de expressão deveria ser um mantra ou quase uma ritualística. E pouco custa para ser seguida nos dias atuais. Custa caro à sociedade ataques



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

virulentos e sem fundamentos, comprometendo a liberdade e o regime vigente, cujos autores, muitas vezes, se escondem atrás de redes sociais para fugirem às suas responsabilidades.

Senhoras e Senhores, não podemos estar no século XXI (21), com o pensamento no XX (20) e ideias do século XIX (19).

Deveríamos retroceder à eleição feita em cédulas de papel, depositadas em urnas de lona, aquelas úmidas e malcheirosas? Seu uso foi lógico e óbvio até o século XX (20). Hoje não é mais!

Recordo, em tempos idos, a ocorrência – frequente, destaque-se – de cédulas identificadas, dos votos carbonados, do formiguinha; d'uma verdadeira avalanche de compra e venda de sufrágios; culminando na anulação de inúmeros votos – e até pleitos – isso quando captada a fraude. Como resultado tínhamos a negação plena da democracia ao eleitor. Sua vontade ficava à mercê, muitas vezes, de coronéis, oligarquias familiares e políticas e de impérios econômicos, num verdadeiro brete eleitoral, em um jogo de cartas marcadas.

Isso é passado e lá deve ficar! Como ditou o Desembargador Erico Ennes Torres, lá em 1932, na fundação da justiça eleitoral deste Estado, que completou, neste ano, 90 anos: “o passado foi-se e agora o momento pede que olhemos com esperança e confiança no futuro.

Disse o Des. Ricardo Roesler quando à frente desta Corte: “A contestação à urna eletrônica e por extensão à credibilidade da justiça eleitoral se tornou um processo político que está inflamando de uma forma organizada e deliberada a opinião pública”.

Digo isso porque – com ênfase no último pleito –, ganhou corpo a discussão sobre os resultados das eleições, e ataques contra o sistema eleitoral se avolumaram.

Como contraponto, lembro que ainda em novembro último, foram realizados os "Testes Públicos de Segurança" dos sistemas eleitorais, quando ‘investigadores’ (analistas de sistemas, engenheiros de segurança, enfim, experts em informática) de diversas entidades e instituições foram convidados ao ataque à urna eletrônica, e dos quais nenhuma tentativa de adulteração, seja dos sistemas ou dos dados de votação, obtiveram êxito. Poucos da sociedade deram ouvidos e, quando deram, não tal qual a ferocidade das críticas emitidas.

Foram, na verdade, 29 investidas, num autêntico ataque de predadores rumo a caça predada, e nenhuma delas, repito, nenhuma delas, conseguiu adulterar qualquer informação. E mais: quantos souberam ou quiseram tomar



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

conhecimento deste feito? Poucos. A crítica, os ataques fáceis e gratuitos dão mais audiência, notoriedade, ou seja, lá o que buscam.

É relevante lembrar que diversos são os mecanismos de auditoragem e verificação que podem ser checados pelo próprio eleitor; pelos representantes indicados pelos partidos e/ou coligações; por seus candidatos; pela OAB; por membros do Ministério Público; pela imprensa dentre tantos. Tudo disciplinado nas normativas eleitorais (exaustivas, diga-se) que dispõem sobre os procedimentos de fiscalização dos sistemas eletrônicos de votação. Está tudo lá!

O sigilo do voto, inviolável, diga-se, está consagrado na Carta Constitucional como cláusula pétrea e não há como emitir-se um comprovante de sua prática, o que seria manifestamente inconstitucional. Que se mude então a Carta Política. Ainda ao tempo da votação em cédula impressa, a de papel, tinha-se a cabina eleitoral como local indevassável e sagrado, onde cada eleitor após, autorizado pelos mesários, dirigia-se para registrar o seu voto, a sua escolha. Em seguida, depositá-la (a cédula) na urna de lona. Ninguém dela (cabina) podia se aproximar senão o próprio eleitor.

Na dinâmica da votação atual – que possui inúmeros mecanismos que corroboram a sua eficácia –, poucos acompanham, por exemplo, a cerimônia conhecida como "Votação Paralela" (sistema conciso de auditoria para comprovar o correto funcionamento da urna e de seus programas, implantada pela Justiça Eleitoral desde 2002!).

Em junho último foi novamente utilizada. Agora na eleição suplementar no pequeno e pujante município de Petrolândia, com a participação de integrantes da OAB da Subseção de Rio do Sul e, destaque, acompanhada de perto por observadores internacionais. Foi um sucesso enaltecido e reconhecido.

Funciona como uma verdadeira prova dos nove. Mas que também tem baixa audiência, repito. O interesse é pequeno. O desacerto parece melhor para muitos. E este é o problema: a crítica sempre é mais fácil.

Como funciona?

Explico. Em audiência pública, na véspera do pleito, são sorteadas dentre as urnas já configuradas para funcionarem nas eleições, aquelas que passarão por auditoria do seu funcionamento e de sua integridade de uso.

Feito o sorteio e definidas quais as que serão auditadas, estas serão recolhidas (lá do colégio ou grupo escolar) para um ambiente seguro. Aqui em Santa Catarina ficam de posse da Polícia Federal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

Novas serão configuradas e destinadas aos Juízos Eleitorais. Tudo a olhos vistos em procedimentos formais e detalhados a exaustão. Ainda neste dia, cédulas impressas serão preenchidas por jovens convidados (e que não são eleitores habilitados) e depositadas em urnas de lona. Após, estas também serão recolhidas à Polícia Federal.

No dia seguinte, ou seja, no dia da eleição, igualmente em cerimônia pública as urnas sorteadas são submetidas à votação nas mesmas condições em que ocorreriam na seção eleitoral. Todo o evento é realizado em ambiente público, repito, controlado e monitorado. Talvez poucos saibam: em 2020 todo o ciclo da Votação Paralela foi realizado nas dependências da Sede da Seccional da OAB/SC em Florianópolis, que o diga o Dr. Rafael Horn, então presidente da entidade referida.

E continuou: os votos então depositados nas urnas de lona, durante o mesmo horário da eleição, são "lidos" em voz alta e esta informação é digitada na urna eletrônica e em um sistema "paralelo" de acompanhamento. Resumindo: cada voto registrado nas cédulas de papel será lido e replicado na urna eletrônica e no sistema de acompanhamento. Tudo a vista dos interessados e registrado em vídeo.

Ao final do dia, no mesmo horário em que se encerra a votação, ou seja, às 17 horas, é feita a apuração das cédulas de papel. O resultado é confrontado com a informação do Boletim de Urna – o B.U. –, emitido pela urna eletrônica e pelo relatório gerado pelo Sistema de Acompanhamento.

O propósito é encontrar as mesmas informações nas 3 fontes: cédula impressa, urna eletrônica e sistema de acompanhamento. É a mecânica de auditoria mais eficiente possível, que merece ganhar importância, interesse e repercussão a favor da sociedade.

Temos também outro mecanismo de extrema simplicidade de verificação: a conferência do Boletim de Urna, aquele relatório que a urna gera ao final da votação na seção eleitoral.

É um documento público, comprobatório, afixado no próprio local, informando de imediato o resultado daquela seção eleitoral. Cada B.U. pode ser facilmente confrontado com aquele publicado pela Justiça Eleitoral na Internet. Esse é um procedimento amplamente adotado pelos partidos políticos e coligações há tempos e que também pode ser feito pelo eleitor.

Saliento, ainda, que os dados que alimentam a urna, assim como os resultados produzidos, são protegidos por assinatura digital. É algo que inviabiliza



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

sobremaneira a possibilidade de alteração de dados de candidatos e dos eleitores na urna, por exemplo. A operação de fraude teria de ser de tal magnitude que ficaria exposta à luz do dia, quando se sabe que o mal feito é sempre na clandestinidade.

Aí vem o mantra da possibilidade de hackers invadirem.

Contudo, a urna não é vulnerável a ataques externos. É um equipamento solitário, que funciona de forma isolada, tal qual um simples televisor ligado na tomada – nem sequer parecida com uma impressora ou máquina de cartão de crédito). E por que? Simples: porque não possui qualquer mecanismo que permita a sua conexão com redes de computadores como a Internet.

Jamais, quem quer que seja, viu ou ouviu o TSE ou qualquer dos TRE's da federação de joelhos à frente de RANSOWARE (CAIBER PIRATAS) negociando valores para liberar dados, documentos ou o resultado de qualquer eleição, como já aconteceu com inúmeras empresas privadas. Ironizaram, certa feita, que os bancos brasileiros deveriam procurar o TSE por tamanha proteção. Podem vir, mas sem os cartões manejados com o manejo da internet.

Digo ainda, que a urna – seja no módulo do mesário ou no módulo do eleitor – possui apenas teclado numérico, ou seja, não há teclas que admitam linha de comando para promover-se programação.

Não fosse o bastante, as mídias utilizadas à preparação das urnas e a gravação dos resultados são protegidas por assinatura digital. Seria o mesmo que alguém, a seu bel prazer, pudesse assinar um voto de minha relatoria.

Lembremos que a urna eletrônica brasileira é um projeto que já atingiu a maioria, pois já completou 25 anos de existência. Para mim mais, pois já em 1993 (passados 28 anos) realizei o plebiscito de emancipação de ERMO, então distrito do município de TURVO, no sul do estado. Na oportunidade, em mais uma ação de envergadura e vanguarda da Justiça Eleitoral catarinense, lá foram utilizados equipamentos precursores da votação e da totalização informatizada no Brasil. Em rápidos 12 segundos o eleitor lançava sua vontade. Em 10 minutos após às 17 horas o resultado estava à mão do povo que decidiu pela criação do novo município.

O que é bom pode melhorar. E este deve ser o Norte. A Justiça Eleitoral é um ente em constante evolução. Sempre é possível fazer melhor e este é e será sempre o nosso compromisso!

Já dizia Alexandre, o Grande: Da conduta de cada um, depende o destino de todos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

Meu papel é atuar como maestro desta orquestra que possui muitos talentos. Aqui renovo o meu compromisso: farei todos os esforços, junto com a equipe, para que atuemos afinadíssimos! “Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso, e trabalhar em conjunto é a vitória” (Henry Ford).

Não há o que temer. Aos que tem legítimo interesse em conhecer o fluxo do processo eleitoral, de contribuir para aprimorar a democracia brasileira, afirmo: a Justiça Eleitoral está de portas abertas para esclarecer qualquer dúvida.

Peço, mantenham as mentes e corações abertos. Reflitam, pesquisem, questionem notícias que alardeiam escândalos, que querem gerar dúvidas onde elas nunca existiram, que semeiam ódio, desesperança e conflitos. Que não incentivam a busca por informações, o estudo, a conciliação. Que não querem melhorar, que não querem construir, que não querem o melhor, mas somente a instabilidade.

Sob a minha presidência, com a ajuda do eminente Des. Alexandre d'Ivanenko, que será empossado na data de hoje, dos Doutores Marcelo Pons Meirelles, Dr. Luiz Francisco Delpizzo Miranda, Des. Paulo Afonso Brum Vaz, Dr. Zany Estael Leite Júnior, Dr. Willian Quadros, e os respectivos substitutos (Dra. Ana Grasso e Dr. Renato Boabaid) irei proteger esta casa como se a minha fosse, em gestos puramente republicanos. Por uma razão muito simples: nós somos substituíveis, a instituição que hoje representamos jamais. Como diz o provérbio africano: “Se quer ir rápido, vá sozinho. Mas se quer ir longe, vá em grupo”. E será isso que faremos.

A responsabilidade que nos é incumbida, senhoras e senhores, não é pequena. Ao contrário. Será árdua, trabalhosa e instigante, ainda mais em ano de eleições, quando, numa festa magnificamente cívica, os eleitores, com a força do voto, de forma democrática, tomarão as rédeas do poder, que emana unicamente do povo, e definirão, nas urnas, os representantes legais, outorgando-lhes poderes para gerir a União, o Estado, bem como os membros dos Parlamentos da União e de cada unidade da Federação. Mas sabe-se que o país está dividido e nossa atividade exigirá muita força e habilidade de cada um.

Já finalizando, senhoras e senhores, não posso deixar, nesse momento tão importante de minha carreira, de homenagear os meus pares neste Tribunal, acima citados, àqueles que a mim confiaram o voto para gerir esta Corte Eleitoral – os membros do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de Santa Catarina -, aos que me antecederam nesta cadeira, o que faço em nome do Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho – meu quase mentor -, e os que ainda me sucederão.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social

Para tanto, ousou tomar as palavras de Abraham Lincon, no famoso discurso de Gattysburg, no ano de 1863, homenageando todos aqueles que lutaram na guerra da secessão, mudando o que deve ser mudado, para homenageá-los, como ainda os demais servidores dessa importante casa e do Tribunal de Justiça:

Digo: Que estes magistrados e servidores veneráveis nos inspirem a uma maior devoção à causa pela qual deram a última medida transbordante de devoção à justiça eleitoral – que todos nós aqui presentes solenemente admitamos que ao deixarem os cargos, ou neles ainda estiverem, não estão apagados e nem serão apagados. Que todos renasçam na liberdade. Nada foi ou será em vão. Que esta Corte e seus componentes façam fluir por seus poros a liberdade que todos almejam, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo jamais de nós se afaste. Que Deus nos proteja.

Muito obrigado!!!!